



Anais da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 03 DE OUTUBRO DE 1978.

ANO IV

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

O artigo 70 da Constituição do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70 — O funcionário terá acréscimo aos vencimentos:

- I — de cinco em cinco anos de exercício, cinco por cento até completar trinta e cinco por cento.
- II — Ao completar vinte e cinco anos de exercício, há incorporação da sexta parte sobre seus vencimentos integrais, para todos os efeitos.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI e FIDELCINO TOLENTINO

APOIAMENTO:

Manoel Gaona, Ivan Rüppel, Waldenício Barbalho, Renato Bernardi, Deni Schwartz, Lineu Turra, Basílio Zanusso, Quielse Crisóstomo, Paulo Camargo, Lázaro Dumont, Nelson Buffara, Accioly Neto, Augusto Carneiro, Otássio Pereira, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, José Domingos Scarpelini, Enéas Faria e Osvaldo Macedo.

JUSTIFICATIVA:

Em agosto de 1976, tomamos conhecimento de Representação promovida pelo Ex^{mo} Sr. Procurador Geral da República, junto ao excelso Supremo Tribunal Federal, visando a declaração de inconstitucionalidade do inciso II, do artigo 70 de nossa Constituição.

Esse dispositivo concede aos funcionários públicos do Estado, o direito à percepção de adicionais de 5% (cinco por cento) ao completarem 30 anos de serviço, e igual quantia por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).

Ainda que a Emenda Constitucional houvesse se limitado a repetir o dispositivo similar àqueles contidos no artigo 152 da Constituição de 12 de julho de 1947, e artigo 67 da Carta Magna de 08 de maio de 1967, consagrando uma norma que vem sendo mantida há mais de 25 anos em favor dos servidores públicos do Paraná, a ameaça ainda persiste.

Tendo como principal objetivo sanar esse angustiante problema que aflige essa laboriosa classe, estamos apresentando a presente Emenda.

Levando-se em consideração que um funcionário regido

pelo sistema ora em vigor terá um acréscimo acumulado máximo de 62,88%, enquanto que pelo sistema proposto atingirá um teto de 56,44% ao completar 35 anos de serviço, a situação atual não sofrerá radical transformação.

Por outro lado, a fórmula proposta virá ao encontro de antiga aspiração das funcionárias mulheres, magistrados, membros do Ministério Público e de outras classes de servidores com direito à aposentadoria com 30 anos de serviço, os quais, atualmente, são obrigados a permanecer em exercício após completarem o tempo para aposentadoria, para poderem alcançar integralmente os benefícios dos adicionais, os quais se acumulam de ano em ano, em distribuição não muito justa.

O modelo adotado é similar ao da Constituição de São Paulo, cujo artigo 92 de sua Carta Magna já passou pelo crivo da Procuradoria Geral da República, segundo se depreende da Representação de Inconstitucionalidade n.º 753, que aborda, entre outros dispositivos as normas contidas no seu inciso II, alíneas "a" e "b", taxados de inconstitucionais, enquanto que nada se argüiu contra o inciso VIII daquele mesmo artigo 92, onde estão assegurados aos servidores públicos paulistas a incorporação de adicionais de 5% (cinco por cento) de cinco em cinco anos de exercício.

Podemos adiantar que idêntica norma vem sendo adotada no Estado do Acre, e possivelmente em outras unidades da Federação, pois, a maior parte das Constituições Estaduais deixam o assunto em aberto para ser tratado através de Leis Ordinárias.

Aprovando a presente Emenda, estaremos assegurando aos nossos servidores públicos, além de uma aposentadoria mais condigna aos trinta anos de serviços, mais a tranquilidade de que, por ora, estarão afastados da ameaça que pesa sobre a continuidade da concessão dos adicionais atualmente pagos após trinta anos de exercício, devendo levar-se em consideração que, igualmente, estaremos escudados por norma semelhante àquela contida no artigo 92, inciso VIII, da Constituição de São Paulo, tida como modelo, dada a renomada e respeitável equipe de juristas que participaram na sua elaboração.

Aos funcionários com mais de trinta anos de serviço, deverá ser assegurado o direito de opção por um dos sistemas, bem como, respeitados os direitos já adquiridos, segundo regulamentação que será procedida nos dispositivos correspondentes do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.